

“OS VICE-PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA BAHIA”

José Newton Alves de Souza
(Salvador, BA)

Renato Berbert de Castro é um meticoloso e probo pesquisador da História da Bahia. Trabalho que se lhe deva é trabalho que sempre reflete ordem, apuro e bom-gosto.

“Os Vice-Presidentes da Província da Bahia” bem o atesta. Publicado em 1978, sob os auspícios do Governo do Estado da Bahia, constitui o vol. I da Coleção Frei Vicente do Salvador. Tendo concorrido ao Prêmio Wanderley Pinho, obteve o primeiro lugar. Os pareceres dos integrantes da douta Comissão Julgadora do concurso estampam-se nas orelhas do livro e vêm assinados pelos Professores Jorge Calmon, Luiz Monteiro da Costa e Cid Teixeira.

Cada um desses pareceres põe em destaque aspectos ou qualidades notáveis do trabalho, chegando o Prof. Cid Teixeira a manifestar-se nos seguintes termos:

“Enumerou, arrolou, catalogou, com cuidado e minúcia, todos os atos de provimento das vice-presidências da Província da Bahia. Como tal e dentro destes limites o trabalho é bom e válido.”

“O texto tem a correção, a limpeza e a exatidão que se exige das boas contabilidades. Nomes escrupulosamente grafados, datas verificadas e conferidas até o limite da exaustão”.

O Prof. Jorge Calmon, por sua vez, arrola, como principais virtudes do trabalho, as seguintes:

“1) a de ser a primeira monografia consagrada aos governantes interinos da Província, apresentando a relação, acreditamos que completa, de todos eles, com o fornecimento das datas que balizaram sua passagem pelas funções; 2) constituir em estudo abrangente do assunto, ao esclarecer, com a aproximação de leis, e dos debates que as procederam, o mecanismo de substituição no governo provincial, no Império, estudo esse válido para a História nacional; 3) representar demorada e meticolosa atividade de pesquisa, desenvolvida junto a fontes primárias tanto na Bahia como no Rio de Janeiro; 4) retificar, com base em documentos, informações e referências publicadas em livros”.

O saudoso professor Luiz Monteiro da Costa assim se expressou, no II parágrafo de seu parecer:

“Como exposição o estilo é leve e de nítida feição didática. Leitura, assim, fácil e atraente, já que o tema é com seriedade e profundidade, pela primeira vez abordado. Corrige pequenas falhas de traba-

lhos impressos sobre assuntos da mesma área, e tudo que revela está alicerçado em documentação preciosamente inédita.”

O autor, elegendo o tema desse trabalho, estava, efetivamente, certo de seu ineditismo, certo do volume de documentos a beneditinamente compulsar, certo dos objetivos a atingir. Não fossem as qualidades que o caracterizam, de estudioso e pesquisador, honesto e lúcido, de homem metódico e persistente, de alguém que sabe o que quer e o que diz, e certamente não teríamos um livro assim, tão de apreciar-se sob os vários ângulos acima referidos, e possíveis outros, que a leitura atenta e inteligente pode revelar.

O capítulo inicial do livro trata da Lei de 20 de outubro de 1823, que “abolindo as Juntas Provisórias de Governo das Províncias, criou para cada uma delas a figura do Presidente e de seu Conselho, sendo o conselheiro mais votado o Presidente”. No capítulo seguinte, depois de relacionar os Vice-Presidentes na vigência dessa lei, diz dos eventos que julga importantes para o seu trabalho, todos ocorridos durante o Governo de Pinheiro de Vasconcelos: o juramento e posse, em 13. 8. 1833, dos membros do terceiro Conselho do Governo da Bahia, eleitos para o período da 3ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa; o Ato Adicional à Constituição de 12. 8. 1834 “que logo no artigo primeiro determinou que os Conselhos Gerais das Províncias fossem substituídos pelas Assembléias Legislativas Provinciais”; a publicação da Lei nº 40, de 3. 10. 1834, “que, abolindo os Conselhos do Governo, criava novo sistema de escolha dos Vice-Presidentes das Províncias”. A importância que o autor confere a este terceiro evento levou-o a dar-lhe tratamento alongado em capítulo próprio, que se denomina, precisamente. “A lei nº 40, de 3 de outubro de 1834”, e em cujas páginas examina os artigos que dizem mais de perto com o tema do livro.

O capítulo seguinte é dedicado aos Vice-Presidentes na vigência da lei nº 40, de 3. 10. 1834.

Com o Decreto nº 207, de 18. 9. 1841, “o sistema que regia os Vice-Presidentes sofreu profunda transformação, a última do Império”, pois “os Vice-Presidentes passaram a ser de livre nomeação, remoção e demissão do Imperador”.

Ao capítulo sobre o Decreto nº 207, de 18. 9. 1841, segue-se o que Renato Berbert de Castro dedica aos Vice-Presidentes que nessa fase existiram. É o mais longo dos capítulos, e nele se modifica o sistema de exposição anteriormente adotado.

O autor, concluindo seu valioso trabalho, oferece vários esclarecimentos (nada menos que oito), por ele julgados oportunos, todos relacionados com os Vice-Presidentes sob a vigência do Decreto nº 207,

de 18. 9. 1841. Além disso, relaciona, por ordem cronológica, os Presidentes e Vice-Presidentes que ocuparam a administração da Província da Bahia, e, separadamente, indica “os Vice-Presidentes que governaram a Bahia, com os seus períodos à frente dos negócios provinciais”.

As 127 notas, cuja quase totalidade remete para fontes arquivais, confirmam a boa qualidade científica do livro.

Como se vê, “Os Vice-Presidentes da Província da Bahia”, de Renato Berbert de Castro, é o resultado de um esforço grandemente válido, no plano da pesquisa histórica na Bahia, capaz de inspirar, ao próprio autor e a outros estudiosos, novas investigações, nesse e noutros campos, investigações honestas e bem realizadas, como as de agora.

*